

# VOCÊ SABE QUANTO PAGAMOS PARA CUSTEAR A NOSSA ASSISTÊNCIA À SAÚDE?



O debate da manutenção do programa de assistência à saúde dos empregados da Caixa, o Saúde Caixa, não se encerra com a Campanha Nacional e algumas garantias preservadas no Acordo Coletivo.

A luta pela permanência e sustentabilidade do programa, no modelo vigente, conquistado pelos empregados, deve ser constante. “Devemos estar atentos e acompanhar todos os debates referentes aos valores destinados ao custeio”, diz a diretora da APCEF/SP e membro do Conselho de Usuários

do Saúde Caixa, Ivanilde de Miranda. A diretora argumenta também que “é importante conhecer quanto se arrecada e o quanto se gasta com o programa de assistência dos bancários da Caixa”.

Todo final de ano, os conselheiros eleitos devem acompanhar e avaliar os relatórios para propor, ou não, ajustes necessários e justos ao equilíbrio do plano.

Para que o debate seja feito com clareza no Conselho de Usuários do Saúde Caixa é preciso que a direção do banco

apresente os números conclusivos dos relatórios financeiros e atuariais de 2016, 2017 e 2018.

Para se ter uma ideia da dança dos números, em datas diversas de reuniões com o Conselho de Usuários, em apresentações em Power Point, a Caixa informou diferentes números relativos aos valores de arrecadação como, por exemplo, de mensalidades e coparticipações dos titulares referentes ao mesmo exercício (2016) e estranhamente a cada apresentação os números vão diminuindo.



A Caixa tem que apresentar os números definitivos. Este é o pleito do Conselho de Usuários do Saúde Caixa para a reunião extraordinária solicitada pelo Conselho e aceita pelos representantes do banco, para janeiro



Mês - 2018	Valores apresentados
Abril	R\$ 416 milhões
Setembro	R\$ 399 milhões
Dezembro	R\$ 369,6 milhões

## Cobrança não realizada é irresponsabilidade da Caixa

Alegando problemas de inconsistências, em razão da não adequação do novo sistema de gerenciamento (SIAGS/Benner) e outros problemas administrativos, a Caixa deixa de cobrar muitos usuários, em especial aposentados e pensionistas, e agrava a situação ao não adotar providências para regularização.

Transfere aos usuários a sua responsabilidade, ao considerar como inadimplências as cobranças não realizadas. Tanto é assim que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) penalizou a Caixa com multas por deficiência na prestação de

informação de cobranças de valores devidos dos aposentados, os quais sentiram receio de que o programa pudesse ser suspenso pelo não pagamento.

“Os usuários não são responsáveis pela ausência de cobrança e estão preocupados com a deficiência de medidas que regularizem essa situação. A Caixa é responsável pela cobrança aos usuários”, reforça a diretora da APCEF/SP, Ivanilde de Miranda.

**No último segundo** - No fim da tarde de sexta-feira, 28 de dezembro de 2018, a Caixa enviou por e-mail os balancetes

e a avaliação atuarial de 2017 e 2018 aos membros eleitos do Conselho de Usuários do Saúde Caixa. Os documentos estão sendo avaliados.

Estes documentos foram ela-

borados pela Vesting Consultoria.

Em novembro de 2018 foi finalizado o ano de 2017. E em dezembro de 2018, o ano de 2018.



# Reajustes são ou não necessários ?

A Variação do Custo Médico Hospitalar (VCMH), conhecida como inflação médica, tem evolução anual superior aos índices que medem custo de vida e reajustam salários. No caso dos empregados da Caixa – ativos e aposentados -, INPC e ganhos reais.

É normal que periodicamente seja necessário aplicar aumento de valores de um ou mais itens de custeio, após minuciosa e segura avaliação, com o cuidado de não onerar

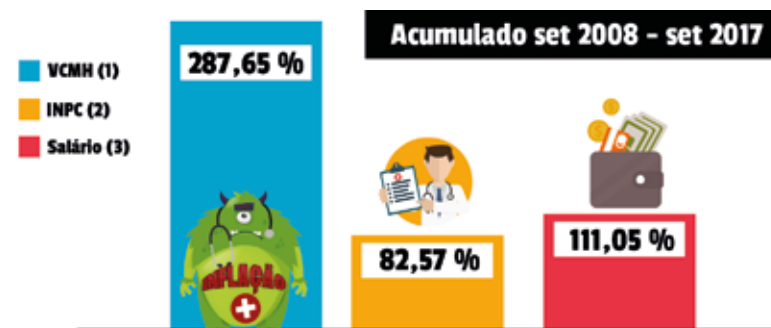
demasiadamente os titulares.

Os itens de custeio do Saúde Caixa são: mensalidade correspondente a 2% da remuneração base, coparticipação de 20% quando da utilização dos serviços pelos usuários, teto de coparticipação com valor atual de R\$ 2.400 – sem reajuste desde 2008 e mensalidade individual para dependentes indiretos com valor atual de R\$ 110 – mantido desde 2009.

O Saúde Caixa não teve reajuste de 2008 até 2016. A

Caixa, em janeiro de 2017, tentou impor reajustes nas contribuições sem dialogar com os empregados, o que contrariou o Acordo Coletivo. A tentati-

va de mudança foi barrada por ação judicial, impedindo o reajuste unilateral que se pretendia em janeiro de 2017. Os itens permanecem sem reajustes.



## Superávit ou deficit?

A Caixa reconheceu o superávit acumulado até dezembro de 2013 e assinou compromisso, em mesa de negociação, de utilizá-lo em melhorias do programa. Nos números de 2004 a 2013, à exceção de 2006, é possível constatar (gráfico) que em razão da contribuição do usuário superior a 30% foi gerado o superávit.

Em 2014, a Caixa não forneceu os números e em 2015, a contribuição dos usuários voltou a superar os 30%.

A partir de 2016, a Caixa passou a apresentar apenas dados preliminares em Power Point nas reuniões do Conselho de Usuários e não formaliza os valores correspondentes ao su-

perávit. Estima-se que foi acumulado algo em torno de R\$ 760 milhões de excedente, em valores nominais.

Entretanto, segundo apresentação da Caixa em dezembro de 2018, a arrecadação das mensalidades e valores de coparticipação foram insuficientes para fazer frente às despesas assistenciais. A Caixa informou, ainda, que esses valores serão revisados.



Esses números, que carecem de verificação aprofundada, embora vultosos, não representam, em si, preocupação com a sustentabilidade do Saúde Caixa. Um eventual ajuste, a ser diluído entre os mais de 130 mil titulares, proporcionalmente à renda de cada um, tem por finalidade restabelecer o equilíbrio do programa. Para

isso, é necessário que a Caixa apresente o quanto antes, de forma definitiva, os relatórios financeiros e atuariais.

“Valores não cobrados precisam ser apurados e aportados pela Caixa imediatamente. As cobranças aos usuários não podem inviabilizar o orçamento desses colegas”, observa Ivanilde de Miranda.

## As multas da ANS são da Caixa

A Caixa informou na última reunião com o Conselho de Usuários do Saúde Caixa, em 12 de dezembro de 2018, que pagou R\$ 4,8 milhões em multas à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que apontou irregularidades no programa de assistência relacionadas a centenas de reclamações ao atendimento.

Esses valores foram lançados indevidamente como despesas assistenciais do Saúde Caixa. Os conselheiros eleitos argumentaram que essa despesa não tem caráter assistencial, pois é consequência de falhas na gestão. Portanto, são 100% responsabilidade da Caixa.

“Defendemos o modelo de gestão por RH, como o do Saúde Caixa, pois, além de ser menos dispendioso, garante maior compromisso da empregadora. Por isso, cobramos da direção da Caixa que assuma sua responsabilidade como administradora do programa de assistência à saúde de seus empregados, realizando sua gestão com maior zelo e eficiência”, enfatiza Ivanilde de Miranda.

Em 12 de dezembro, os representantes eleitos do Conselho dos Usuários protocolaram na Diretoria de Recursos Humanos – (Depes), na Superintendência de Relacionamento com o empregado – (Surbe) e

na Gerência Nacional de Plano de Saúde - (Gesap) documento que apresenta a preocupação quanto a inviabilidade do cumprimento do Regimento que define a atuação do Conselho, provocada, principalmente, pela demora em apresentar, por parte da Caixa, o estudo atuarial 2017/2018 e inconsistências nos relatórios financeiros e gerenciais dos exercícios 2016, 2017 e 2018.

Em 28 de dezembro de 2018, a Caixa enviou por e-mail os balancetes e a avaliação atuarial de 2017 e 2018. Na mesma data, os conselheiros cobraram a reunião extraordinária ainda para janeiro.



## Receba notícias e o jornal pelo WhatsApp

Para receber informações da APCEF/SP pelo WhatsApp, adicione (11) 99900-3146 nos seus contatos e envie mensagem com seu nome.

### Expediente

Diretor-presidente: Kardec de Jesus Bezerra. Diretora de Imprensa: Claudia Fumiko Tome. Jornalistas (textos e revisão): Luana Arrais (Mtb 007108-4), Raíssa Torres (Mtb 74.111), Raquel Benini (Mtb 39.593) e Tania Volpato (Mtb 24.688). Diagramação e arte: Marcelo Luiz e Cláudia Tieri. Imprensa: TM Gráfico. Tiragem: 10 mil exemplares. Sede: Rua 24 de Maio, 208, 10º andar, República, capital.